

# IDENTIDADE ARQUITETÔNICA TRANSCOLONIAL

## TRANSCOLONIAL ARCHITECTURAL IDENTITY

JOSÉ CARLOS FREITAS LEMOS<sup>19</sup>

### Resumo

O artigo tem o objetivo apresentar um tipo multigeracional de manifestação arquitetônica e argumentos para sua conservação. Trata-se de um padrão que reúne erupções socioculturais vívidas, intensas e ardentes. Germinações ocorrentes hoje e, pelo menos desde a passagem dos séculos XIX e XX, nos subúrbios de muitas (a hipótese é que aconteça na grande maioria) das metrópoles modernas do mundo, cuja crucial importância tem passado despercebida de todos. Batizamos de “*transcoloniais*” tais revelações materiais de formas e espaços arquitetônicos, que são, ao mesmo tempo e principalmente, exteriorizações políticas de declarações e proclamações coletivas. Apontamos estas emergências físico-políticas como capazes de cumprir função chave na viabilização do planejamento das cidades. Quer-se defrontar algumas realidades destas aparições suburbanas enquanto acervos identitários de comunidades locais e discutir a pertinência de suas preservações para devidas e realmente eficazes proposições urbanísticas.

**Palavras-chave:** transcolonial; cidade; subúrbio, preservação; planejamento.

### Abstract

*The article aims to present a multigenerational type of architectural manifestation and to argue for its preservation. It is a pattern that brings together vivid, intense and ardent sociocultural eruptions. Germinations that occur today and, at least since the turn of the 19th and 20th centuries, in the suburbs of many (the hypothesis is that it occurs in the vast majority) of the world's modern metropolises, whose crucial importance has gone unnoticed by everyone. We call such material revelations of architectural forms and*

*spaces “transcolonial”, which are, at the same time and mainly, political externalizations of collective declarations and proclamations. We point to these physical-political emergencies as capable of fulfilling a key function in making city planning viable. We want to confront some realities of these suburban appearances as identity collections of local communities and discuss the relevance of their preservation for proper and truly effective urban proposals.*

**Keywords:** transcolonial; city; suburb, preservation; planning.

## ACERVO DE TRANSCOLONIALIDADES

**Ao iniciar, é necessário pedir *vênia*, afirmando que a antiga e consagrada palavra “*patrimônio*” não combina com o neologismo “*transcolonialidade*” aqui proposto. Os dois termos não se identificam na coerência de uma mesma perspectiva ética inclusiva. O prefixo “*trans*” chama para a abertura, para a dinamicidade, para a aceitação do diferente, para a leveza do incerto futuro. De outro lado, “*patrius*”, “*patria*”, “*patrium*” (relativo ou pertencente à pátria) ou “*pater*” (pai) faz um movimento oposto, de fechamento numa perspectiva passada e de discursos oficiais rançosos, da história patriarcal, paternalista, das leis, costumes, hábitos. Convenções em que fomos ensinados a exaltar e potencializar o macho sobre todos os outros gêneros, sempre e pretensamente muito menos qualificados.**

A pátria como o nicho do pai, o sítio do macho soberano, do governo masculino. A palavra *patrimônio*

<sup>19</sup> Professor Associado, Departamento de Arquitetura; Faculdade de Arquitetura; UFRGS; Porto Alegre; Brasil. jose.lemos@ufrgs.br

remontaria ao começo balbuciente das estruturas sociais familiares, econômicas e jurídicas. Seria conectada à ideia de estabilidade, de imutabilidade, de estacionamento e enraizamento no espaço e no tempo.<sup>20</sup> O macho-homem, poderoso, forte, enérgico e viril, como símbolo do invariável, da segurança e por isto da proteção contra os riscos das perigosas modificações. Como alegoria muito óbvia de todas estas exposições e argumentos bastaria comentar que, se trocássemos “*pátrio*”, indicativo de homem-pai, por “*mátrio*”, indicativo de mulher-mãe migraríamos do conceito latino de “*patrimonium*” para outro igualmente latino de “*matrimonium*”.<sup>21</sup>

Tal simples substituição revela toda uma lógica que queremos neste texto evitada e ultrapassada (pelo menos criticamente). E também evidencia a, nem tão nebulosa assim, inconcebível e inacreditável ética presente por trás dos termos. De um lado *patrimonium* liga pater à *monium* (aquilo que é recebido), denotando a ideia de herança, “o que é deixado pelo pai para os filhos”, o acúmulo, o cabedal sob a guarda do másculo. Para isto era (ainda é em muitas situações) muito importante o caminho livre para a ligação e trocas entre o macho-pai com os machos-filhos.

De outro lado, ao contrário, *matrimonium*, de mesmas raízes, revela algo muito diferente, refere “casamento ou casal”. Porque a própria mulher, historicamente, foi uma peça dos *patrimonia*. Quando nascia, diferente do filho homem, era tida como um objeto, um bem, um pecúlio, um capital, um numérico ou um tesouro de seu próprio pai (quantas vezes ouvimos repetidas vezes esta ideia ainda hoje). Quando casava, como num negócio, a coisa-fêmea migrava da riqueza do *patrimonium* do pai para o do marido. Talvez esta tenha sido a acepção-síntese da história da palavra *matrimonium*: “mulher propriedade do homem”. O objetivo sempre foi garantir herdeiros biológicos, filhos homens do pai a herdarem

os objetos do pai, o *patrimonium*. Ou seja, mulheres-utensílios perpetuando o patrimônio.

*Transcolonialidade* é uma palavra inventada noutro artigo recente.<sup>22</sup> Da perspectiva aqui sendo apresentada, ela junta o prefixo “*trans*”, carregado de significações filosóficas, de gênero e de mobilidade com o sufixo “colonial” que remete ao próprio fundamento da modernidade eurocêntrica, à extensa exploração, rapto e assalto dos povos e territórios d’além mar, nos continentes americano, africano, asiático e oceânico.

“*Trans*”, em suas muitas possibilidades denotativas ou conotativas jamais fecha, reduz, rebaixa, freia. Como prefixo forma palavras como *transportar*, que movimenta, leva, conduz coisas, ideias e atitudes. *Transportar* também conduz ao êxtase, ao arroubo, ao arrebatamento, ao encantamento. De maneira similar, *trânsito*, além do tráfego de objetos ou pessoas, igualmente alcança a severidade da morte, o epicentro de alegorias e sentidos que é a passagem (que muitos acreditam) da condição de vida na Terra para uma outra vida noutro lugar. *Transcender*, por seu lado, significa se elevar sobre ..., se situar para além de ..., o outro lado, o lado oposto, superar algo, alguém, situações ou condições. *Transgressão* reporta desobediência, profanação, rompimento.

*Transexuais*, *transgêneros* e *travestis* são exemplos máximos de sujeitos de coragem em nossa atualidade. De sua população, apenas parte não sucumbe ante o ódio e às pressões cotidianas e assassinas de uma sociedade profundamente fundada no *patrimonium*, assentada no que é do homem-pai e baseada no bíceps. Estes sobreviventes *trans*, têm a força, a dignidade e energia moral necessária para serem verdadeiros expoentes exemplares da reformulação cultural necessária para a vida no planeta.

Coragem tem raízes também latinas (*coraticum*) e

<sup>20</sup> Choay, 2001.

<sup>21</sup> Kiefer, 2013, p. 56.

<sup>22</sup> Lemos, 2024.

une *cor*, que é “coração” e *actium*, “ação”. Os indivíduos transgêneros transcendem seus medos e agem com seus corações. Ser *trans* é, sem outras opções, ser alvejado por muitos olhares, ser centro de infindáveis atenções. *Trans* são seres-manifesto, corpos-manifesto. Retiram de seus próprios corpos e da intimidade de seus seres a simbologia política que profana, desobedece e enfrenta a estrutura sîgnica tradicional da sociedade machista. Com seus corações nas suas bocas, gritam para as outras pessoas, sacodem as ignorâncias, impactam política e eticamente.

Nos momentos em que todos nós colonizados enfeitamos a tirania colonizadora, nas circunstâncias em que somos avessos ao enquadramento colonizador nos revertemos em “*trans*”. Nestes instantes nos *transfiguramos* em “*transcolonizados*”. Mediante o prefixo “*trans*” se desfaz o mito masculino corrompido, de discurso bolorento, e emerge uma identidade política, combativa, cheia de esperança. Assume-se o olhar colonizador, mas com o objetivo de desvirtuá-lo, combatê-lo.



Figura 1 – Exemplo de arquitetura transcolonial. *Casa da Flor*, Gabriel dos Santos, 1912-1985; São Pedro da Aldeia-RJ.

Foto Nelson Kon. Fonte: <https://www.nelsonkon.com.br/casa-da-flor/>.

*Transcolonialidade* é uma virtuosidade silenciosa

que, por vezes, emerge física e materialmente nas cidades em experiências arquitetônicas e artísticas de populações suburbanas.<sup>23</sup> O transcolonizado sofre a ação colonizadora, mas despreza seu resultado. Repentinamente abandona a quietude predominante e a ociosa mudez de corpos dóceis e disciplinados e anuncia, aos berros, sua corajosa mensagem suburbana: “Somos pessoas, somos cidadãos, somos parte da cidade! Aceitamos respeitosamente o que cada com coragem quer ser! Abraçamos e acatamos o que cada indivíduo diz que é”!

Capacidade humana retida, propositadamente reclusa, escondida a maioria das vezes, o transcolonial é uma forma especial de resistência ao ódio e ao poder destrutor da colonização, continuamente reinventados e de maneiras sempre diferentes. Em meio à mesmice monótona do silêncio obediente e domesticado das vidas normais, esta técnica, este talento construtivo, esta mestria arquitetônica popular das periferias das cidades por vezes explodem, irrompem em manifestações que, se prestarmos atenção, são autênticas transfigurações dos corpos e objetos colonizados em outras coisas, em espacialidades-manifesto que precisam ser vistas. E, a convicção aqui é que se quisermos, como urbanistas, implementar planejamentos que sejam exitosos, que resolvam realmente a cidade mediante uma costura humana, precisaremos aprimorar nossa atenção e dirigi-la para estes e outros detalhes anímicos locais, considerando tais proclamações materiais como fundamento crucial desta mudança imprescindível.



<sup>23</sup> Existem situações em que o transcolonial ocorre em zonas centrais das cidades, mas é possível dizer que, na maioria das vezes, a ação é empreendida por populações suburbanas. Nestes casos, como um contra-movimento de reocupação de lugares de onde estes ou outras pessoas (sempre pobres) haviam sido expulsos.



Figura 2 – Exemplo de arquitetura transcolonial. *Casa de Pedra*, Estevão Silva da Conceição (1957-\_\_\_\_), Paraisópolis-SP.

Foto de Natasha Atab, São Paulo Secreto; Fonte: <https://saopaulosecreto.com/gaudi-brasileiro-casa-de-pedra/>

A defesa neste texto é de que as manifestações transcoloniais já conhecidas e outras ainda a serem identificadas devem fazer parte de políticas preservacionistas que visem proteger conjuntos arquitetônicos identitários e suburbanos remanescentes nas cidades. A ideia é que sejam base para a constituição de cidades com suas autênticas e próprias personalidades. Para que sejamos capazes de compor este acervo de transcolonialidades é necessário que procuremos ler na materialidade de algumas construções populares o manifesto arquitetônico transcolonial que nelas se esconde.

Dessa maneira, é necessária uma inversão de pauta. Deixar de lado a tradição do *patrimonium* e sua identificação com o estável, o seguro, com experiências estéticas inalteradas. Esquecer por algum instante os sempre mesmos superlativos de tipologias arquitetônicas consagradas da história oficial e dominante eurocêntrica, insistentemente contada como única realidade. Não mais desprezar tudo que é comum e ordinário nas zonas urbanas pobres. Diversamente, a proposição é que tanto os usuários das cidades modernas, quanto arquitetos e urbanistas tenham a capacidade de reverenciar, considerar, honrar, venerar e admirar seus arranjos e ímpetos arquitetônicos. Dessa maneira, se quer falar do transcolonial, uma manifestação cultural, social, arquitetônica suburbana. E o objetivo é indicar sua candidatura à acervo fundamental das cidades.

## O HISTÓRICO JOGO SEMÂNTICO DA CIDADE E DA CIDADANIA

**A cidade moderna de fundamento europeu, desde o seu advento concomitante ao capitalismo, na passagem da Idade Média para o Renascimento, nunca deixou de assumir regramentos urbanísti-**

**cos mais ou menos complexos. Mas, a história do planejamento e da organização das cidades modernas (mesmo na atualidade) obteve raríssimos casos de resultados que possam ser ditos completamente exitosos quando analisamos as soluções dadas às totalidades seus territórios e populações. Isto porque a cidade capitalista moderna carrega como característica preponderante, algo como uma marca feita a ferro e fogo, sua intrínseca e profunda desigualdade social, cruel e inequivocamente materializada e espacializada em suas cenas urbanas.**

O cenário das grandes cidades modernas sempre foi o de um campo de lutas e violência, fraturado entre, de um lado, o belo e radiante planejado, o formalizado, o ajardinado, o arborizado, limpo, racionalizado e, de outro lado, o subúrbio informal, ilegal, irracional, caótico, sujo e feio. Absolutamente sem exceções, ao lidar com ajuntamentos de milhões de pessoas, as cidades sempre alcançaram desfechos infraestruturais falhos, frustrados e até inúteis. O motivo principal disto é que a proporção de desfavorecidos, sediados nestes indignos, sórdidos e odiosos lugares, sempre foi óbvia e esmagadoramente superior à proporção dos ricos favorecidos.

Como a *transcolonialidade* entra nisso tudo? Por que dizemos que ela se funda como arquitetura-manifesto? Por que acontece sempre de novo de tempos em tempos? Por que acontece a reiterada necessidade de alguns moradores suburbanos declararem, acusarem, anunciarem, demonstrarem, expressarem, noticiarem algo? E exatamente o quê? Por que ao longo dos séculos, a nossa e as outras gerações passadas, nunca enxergaram tais denúncias materiais das periferias das cidades, sempre muito vivazes e cheias de energia? Procuraremos mostrar que se trata de um processo de escamoteamento ligado à modernidade e ao capitalismo, há mais de cinco séculos.

Em algumas línguas europeias modernas como o português, o espanhol, o inglês e o francês, a referência às cidades e seus usuários remete à trama

semântica de um jogo de genealogia<sup>24</sup> multissecular<sup>25</sup>. A história oficial, ao identificar e se apropriar deste jogo, usou o sentimento de reverência de significados etimológicos de palavras muito antigas para construir uma política de convencimento falsa, infundada, porque constata finalmente, para a fundação de uma forjada alegria e bem viver de todos (obviamente a maioria fica fora deste “todos”), que as sociedades e cidades modernas são democráticas e que as pessoas que residem nestes lugares são cidadãos. Informes obviamente errados e imprecidentes.

Na primeira emergência conhecida das significações do citado jogo semântico, surgem as reminiscências mais remotas e ocorrentes nas antigas tradições orais das sociedades grega e romana: as palavras “*pólis*,” “*urbs*,” e “*civitas*”.

O significado do primeiro destes termos vem do período grego arcaico. Para aquelas pessoas “*pólis*” era “cidade”. Mais precisamente, a referência eram as cidades-estados no século VIII a.C.<sup>26</sup>, como os muito conhecidos casos milenares de Tebas, Atenas e Esparta. Era, portanto, a maneira dos gregos ordenarem suas cidades a partir deste tempo. Na *Ilíada*, escrita por Homero (c.928 a.C.- c.898 a.C.) no mesmo século, a palavra πόλις (*pólis*) já é abundantemente usada.<sup>27</sup> De *pólis* advém πολιτικός, transliterado *po-*

*litiké*, “política”, que era a orientação, a organização dos grupos que compõem a *pólis*.<sup>28</sup>

É possível dizer que *cidade* para os gregos antigos teria o significado mais próximo de “Estado” e, da mesma maneira, *política* exprimiria melhor o que compreendemos por “Direito”. Ou seja, na Grécia Antiga, política e direito se fundiriam numa mesma coerência, um saber que tratava dos assuntos internos e externos da cidade (a política e o direito intra ou extra-cidadino). Também derivaria de *pólis*, a variação *politikós*, referindo os moradores, os usuários da cidade que praticam a sua política. É uma compreensão muito próxima do nosso conceito moderno de *cidadãos* (decorrente de outra palavra do jogo semântico citado), ou o que dizia respeito a estes usuários e ativistas da cidade (a *pólis*). Depois, no tempo romano, a língua latina usou a forma “*politicus*” que evoluiu para a forma das línguas europeias modernas mediante o antigo francês da Baixa Idade Média (o tempo de transição do tempo medieval para o tempo moderno renascentista), “*politique*”, de 1265. Neste século XIII (vinte e um séculos depois do tempo de Homero e da emergência das *pólis*), os franceses e europeus já determinavam seu modo de referir a palavra *política* como “ciência dos Estados”.

As outras duas palavras do citado jogo de tramas semânticas não aludem à Grécia, são exclusivamente oriundas do latim do tempo romano. A primeira das

---

<sup>24</sup> A genealogia que fazemos alusão aqui é aquela que Nietzsche e, com base nele, Foucault, propõem a ideia de uma história genealógica (em rede) que critica a história tradicional (em linha). Nesta crítica é enfatizado o caráter intermitente, mutável, variável, finito, fugaz e provisório dos acontecimentos e rechaçadas qualidades como “a” essência fundamental, “a” descoberta ou “o” destaque da mais importante característica de um ser ou de algo, “o” aspecto mais central, “a” permanência das coisas, “a” eternidade, e “a” unidade universal do sujeito. Nas genealogias dos dois filósofos ocorrem emergências e proveniências, uma remetendo à outra. Uma proveniência é uma emergência posterior. E nunca há uma emergência como origem, sempre é proveniente de outras genealogias.

<sup>25</sup> Estas quatro culturas verbais cobrem quase a absoluta integralidade do o continente americano, excetuando apenas o Suriname, de colonização holandesa.

<sup>26</sup> Algumas eram cidades significativamente mais antigas. Por exemplo, Atenas ao se constituir uma *pólis* (uma cidade-estado) já era uma aglomeração humana de oito séculos, tinha sua origem no longínquo século XVI a.C., do chamado período pré-homérico.

<sup>27</sup> Perseus Digital Library. Tufts University. Retrieved 1 May 2023.

<sup>28</sup> VITORINO, 1961.

latinas e segunda da trama é *urbs* que, no latim clássico<sup>29</sup> tinha o significado de “cidade”, “vila murada” (as cidades romanas eram muradas por tradição), ou poderia indicar a própria “grande cidade de Roma”. Teorias de estudiosos etimologistas associam esta palavra à outras emergidas muito antes no protoindo-europeu<sup>30</sup>, *g<sup>h</sup>erd<sup>h</sup>*, que teria significado “cercar, encerrar; um cinto; um recinto, uma cerca” ou *werb<sup>h</sup>* que significaria “encerrar”). A forma derivada latina *urbānus* unia *urbs* ao sufixo *ānus* que significava “pertencente a”, expressando “concernente, referente, atinente à cidade”. A derivação *urbe*<sup>31</sup> da palavra *urbs*, faz chegar o seu uso até nosso uso presente moderno com a significação de “cidade”, “vila”.

Chegamos à segunda palavra latina e terceira da trama semântica referida, *civitas*. Vem de outra latina, *civis*, que significa “cidade”, mas que se relacionava significativamente com a *polis* grega. *Civitas* significava no latim dos romanos que a cidade era uma cidade-estado politicamente autônoma como a *pólis* grega. Termo do direito administrativo romano que se refere a qualquer comunidade independente e, especificamente, no período imperial, ao grau mais baixo de comunidade autônoma. Remetia também ao significado de “cidadania” de “comunidade cidadã” (o “*politikós*” grego). *Cives* eram os cidadãos unidos pela cidade e pela cidadania. *Cidadania* representava o conjunto de cidadãos, o contrato entre os *cives* (Cícero, 106-43 a.C.). Cidadania era a lei que atribuía responsabilidades e direitos. O acordo configurava uma “entidade pública”, uma *civitas*. Nas áreas da expansão romana conquistadas da Europa

e África a *civitas* formava-se a partir de uma unidade étnica ou social local. Instalava-se uma *cidadanía*, um conselho e magistrados, e um conjunto de regras processuais adaptáveis aos costumes locais. Em muitos casos, incentivavam a formação de uma cidade, como maneira de viabilizar um ambiente físico para as novas instituições. Concluía-se o processo concedendo o status municipal completo (*municipium*).

Todo este jogo semântico nos conduz ao entendimento corrente de cidade, de metrópole, poderíamos dizer, ao domínio “ontológico” das urbes. A reunião de registros, reflexões, discussões sobre os centros urbanos. O “ser” da cidade, o que ela foi, o que é, e aquilo que poderá vir a ser. Campo de conhecimento que reúne tanto informações convergentes quanto divergentes. As cidades, as aglomerações de milhares e milhões de seres humanos representam, talvez, o sítio das vivências e convivências, ao mesmo tempo abstratas e materiais, mais complexas das culturas humanas.

Ao nos pronunciarmos sobre a cidade, esbarramos numa realidade que todos conhecemos, mas que é sempre muito chocante em sua exposição. A equação da sociedade moderna eurocêntrica capitalista e liberal foi produzida para informar e servir apenas uma parte de seu contingente de humanos. Na integridade do globo, reproduzida em absolutamente todos os lugares, é possível ler três tipos muito conhecidos de segmentos sociais. Há sempre uma pequeníssima parcela de super-ricos intocáveis que

<sup>29</sup> O latim clássico é a forma do latim literário reconhecido como um padrão literário por escritores do final da República Romana e do início do Império Romano. Ele se formou paralelamente ao latim vulgar por volta de 75 a.C. a partir do latim antigo, e se desenvolveu no século III d.C. no latim tardio (século III ao século VI d.C. e continuando até o século VII na Península Ibérica). Sendo uma língua escrita, o latim tardio não é o mesmo que o latim vulgar, ou mais especificamente, o latim falado do período pós-imperial.

<sup>30</sup> A sociedade protoindo-europeia existiu na Idade do Bronze, entre o quinto e o quarto milênio a.C. Era patrilinear e seminômade, vivendo principalmente da agricultura e da pecuária. A língua protoindo-europeia (PIE) é um ancestral hipotético das línguas indo-europeias, falado há cerca de 5000 anos. A PIE é uma reconstrução linguística feita a partir das línguas que dela derivaram. A sua existência é inferida a partir de analogias e concordâncias entre as línguas da Europa e da Ásia. A postulação de uma descrição plausível dos contornos desta protolíngua, através da observação das similaridades e diferenças sistemáticas das línguas indo-europeias entre si, foi uma das grandes realizações dos linguistas a partir do início do século XIX.

<sup>31</sup> Urbe é uma forma de terminação (forma ablativa) derivada de *urbs* no latim.

não trabalham e tudo recebem. Existe um fragmento populacional médio que recebe poucas coisas, entende apenas o suficiente para perpetuar seu trabalho intelectual e que sustenta gerencial e filosoficamente o conjunto. E, finalmente, exclusivamente sobrevive uma imensa horda de miseráveis num grande poço de ignorância, não recebendo coisa nenhuma, nada compreendendo ou tudo interpretando de maneira errada. São pessoas que, intencionalmente, não tiveram acesso à educação formal e que trabalham física e escravizadamente para construir a integralidade material deste mundo.

Os beneficiados do excerto social superior estão acima da ética e da política. Eles tudo podem. Instalam as regras, desdenham das condições de dificuldades dos demais, porque nunca nada disto os afeta. Se algum deles, por algum raro motivo entra em falência, outro o substitui, garantindo o mesmíssimo roteiro, absolutamente nada mudando. Dessa maneira, todo o jogo democrático que possa haver não interessa ao nicho dos ricos. De outro lado, se mulheres e homens do extrato médio das cidades podem vislumbrar algum retorno de suas demandas sociais, as legiões de moradores das partes remotas, sujas e esquecidas das cidades são completamente excluídas de qualquer democracia<sup>32</sup> que possa acontecer. Para estas pessoas a palavra “cidadão” não tem o menor significado. É uma mentira colossal.

As palavras grega e latinas “*pólis*,” “*urbs*,” e “*civitas*” sobreviveram ao tempo da Europa rural feudal e chegaram ao século XIII das novas grandes cidades, grandes feiras, primeiras universidades e outras profundas mudanças. A cidade gestada no final da Idade Média e início do Renascimento já tinha todos os componentes da cidade moderna. E ela já nasce de-

sigual, desde a emergência dos burgos e burgueses. Portanto, à condição de discrepância material visualmente identificável na evolução das relações entre centros urbanos ricos e subúrbios paupérrimos, historicamente se somou o costume do registro de promessas por escrito que garantissem não uma vida presente de confortos, mas o comprometimento de que no futuro será alcançado o bem-estar material e que as comodidades físicas serão satisfeitas. Dessa maneira, os suburbanos, nos vários séculos da Modernidade têm, sem exceção e continuamente, sido apaziguados e trapaceados por leis, cada vez mais detalhadas que resultam em cínicos compromettimentos, acordos sarcásticos e pactos desavergonhados que apenas existem no papel<sup>33</sup>.

Esta é a infeliz história da legislação urbana moderna. Quanto maior a capacidade mobilizadora das massas populacionais, mais escandaloso e corrupto é o resultado da convenção firmada por lei. Porque, na maneira em que o jogo do capital atualmente ocorre, não é dada oportunidade que desfavorecidos sejam favorecidos. Serão apenas na medida em que a circunstância sirva de alguma maneira aos interesses do poder. Ou seja, nunca participam como objetivo principal das intenções. Por mais que vejamos publicidades dizendo o contrário, no tabuleiro dos interesses do poder, as populações periféricas são sempre instrumentos para se atingir outros fins, nunca o sincero propósito a ser verdadeiramente resolvido.

Somos educados para acreditar que os estados-nação modernos de inspiração europeia e iluminista são democracias. Hoje, os discursos institucionais nos dizem que as cidades modernas e seus cidadãos podem, “democraticamente”, gestionar e ser gestio-

---

<sup>32</sup> É importante o comentário de que é casual e novo o prestígio que a democracia tem hoje, segundo Held, 1991, sua ampla aceitação não tem mais que cem anos.

<sup>33</sup> Não se está acusando legisladores de produzirem textos cínicos e mentirosos, mas sim de, a partir do jogo de interesses liberais, as leis e regras serem pulverizadas a importância quase zero diante dos vultosos movimentos de capitais.

nados. Aprendemos que muitos governos de todos os continentes<sup>34</sup> representam Estados liberais democráticos. Assim, como muitos outras administrações estatais, apenas para referir um exemplo por região, o Brasil no Sul da América, o México no Centro e os EUA no Norte, a França na Europa, Camarões na África, Cingapura na Ásia e Nova Zelândia na Oceania seriam exemplos de sociedades democraticamente reguladas.

No entanto, o capitalismo, parte indissociável do binômio modernidade/capital, sempre mascarou, deturpou e inverteu esta pretensão de democracia. Na realidade, passados mais de cinco séculos de vigência do capitalismo nos países de inspiração eurocêntrica, pode-se dizer com segurança que nunca houve a predominância de uma ambição ou desejo da cidade ser governada por cidadãos. Tal verdade sempre foi apenas escrita, nunca saiu do papel, foi renovada sob novas ideias para acalmar, enganar e abafar os ímpetus renovadores, inconformados, descontentes e irresignados.

Para lembrarmos casos concretos, basta recordar as realizações de duas importantes leis brasileiras considerados por muitos estudiosos como socialmente avançadas. A primeira é a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, com vigência já de quase quarenta anos. E a segunda é a regulamentação de seus artigos 182 e 183, estabelecendo diretrizes gerais da política urbana, o Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, em vigor há 23 anos. Mesmo agora, ingressando no século XXI, muito pouco ou nada mudou nas vidas dos moradores suburbanos com estas leis. As cidades são palcos muito cruéis das relações de interesses capitalistas. Quanto mais pessoas são abrangidas, mais volumes de coisas são envolvidos, maiores áreas implicadas, maiores as riquezas e os negócios comprometidos e mais difícil de alcançar na prática os direitos assegurados nas regras instituídas. Ou seja, a massa populacional existe para fazer número, gerar riqueza a

poucos e nunca ter seus direitos alcançados. Na maneira como as peças estão acomodadas, isto nunca acontecerá, porque se as multidões de miseráveis alcançassem o bem viver, o sistema seria rompido, simples assim. O esquema entraria em colapso.

Na concretude cotidiana dos nossos dias ensolarados e chuvosos, nas infindáveis cenas urbanas da superfície terrestre, o que é fisicamente refletido são aspectos duros e inclementes das políticas econômicas e sociais escolhidas e efetivadas. Centros de negócios e serviços ajardinados, com edifícios inteligentes, zonas de bares requintados e estabelecimentos da moda reluzentes com pessoas muito sofisticadas e bem vestidas que se contrapõem a franjas deterioradas, sujas, escuras e abandonadas das cidades. Modelo que é reflexo contundente das maneiras de pensar de grandes empresários, especuladores, ricos e poderosos que, com suas redes de interesses e poder regulam e promovem o *status quo* escancarado das urbes. Compreender o desafio e solucionar os problemas das cidades diz respeito, talvez, à derradeira possibilidade de viver das próximas gerações de pessoas e do próprio planeta.

## CIDADES EUROCÊNTRICAS, DEMOCRÁTICAS E LIBERAIS

**Assim sendo, existe um jogo semântico participante do jogo de poder global que tem ensinado imprecisamente que a cidade e a sociedade são criações democráticas. Voltando à pergunta inicial, por que a transcolonialidade se funda como arquitetura-manifesto? É possível responder que foi uma maneira muito cristalina de clamar: “Não há democracia para os suburbanos! Nós não somos verdadeiramente cidadãos!”. Mesmo, que muitas vezes estas pessoas, nem saibam conceituar ou definir “democracia” e nunca tenham ouvido falar da palavra “cidadão”.**

<sup>34</sup> À exceção da Antártida que não possui população fixa em razão das suas condições climáticas adversas, apesar de ser retalhada geopoliticamente entre muitos países, os demais continentes são a África, a América, a Ásia, a Europa, a Oceania.



Ocorre que o sentimento de abandono, de alijamento, desprezo é tão forte para homens, mulheres, velhos e crianças suburbanas que uma arte e materialização técnica espontânea transcolonial acaba eclodindo. E, por qual motivo a transcolonialidade sempre acontece de novo de tempos em tempos? Se trata de um processo moderno e capitalista que não muda há mais de cinco séculos. Se não existirem alterações, as coisas continuarão se repetindo indefinidamente.

Finalmente, por que neste tempo todo não foram notadas as manifestações transcoloniais? Por que fomos todos instruídos, disciplinados, domesticados a olhar sem ver o que nossos vizinhos do subúrbio fazem. A regra tem sido exatamente não dar importância a suas expressões e vontades. Por que, ironicamente, com suas vidas e energias fugazes, apenas servem, sem saber disso, para sustentar e alicerçar o grande edifício social da modernidade. Precisam para isto focar plenamente em suas funções, sem que ninguém lhes dê atenção. Apenas são lembrados quando algo dá errado no vértice da pirâmide social.

A palavra *subúrbio* também vem do latim “*suburbium*” ou “*sub urbis*” – sub-cidade ou abaixo da cidade. Marca a provável origem antiga (talvez visando aludir casos inclusive anteriores aos romanos) da repetida (contudo, não forçosa<sup>35</sup>) desigualdade socioespacial que acompanhou muitos casos da própria história da cidade. Os subúrbios são as maiores partes das cidades, expandem as conhecidas metrópoles históricas com as expansões marginais desfavorecidas, ilegais, foras da lei. Tais “sub-cidades” são manchas previstas, aceitas, normalizadas, mas desprezadas, depreciadas, degradadas. Todos sabem que existem, no entanto, ninguém quer ir lá e ver de perto, conhecer ou conviver. Coexistem com a cidade oficial e planejada como se fossem um erro

calculado, uma mácula necessária. A maior parte do tempo vive-se como se os subúrbios não existissem, circunstância contraditória se não fosse ridícula, uma vez que suas áreas concentram as maiores aglomerações humanas do planeta.

A heroica e ousada, aos olhos europeus, aventura comercial e mercantil que lançou as caravelas no Atlântico no século XVI, era inteiramente presa ao pensamento policalesco e disciplinar que impulsionou as práticas econômicas fundamentais da escravidão e do colonialismo. A gestão do capitalismo na modernidade foi embalada, em toda a sua história, por ondas de tensão autoritárias contra outras liberais e competitivas. O erro de toda crítica possível a este processo foi a indução de leitura de uma oposição polarizada entre práticas autoritárias que seriam más e outras liberais associadas a práticas boas, bondosas. Confusão fatal, mas também historicamente deliberada.

A intenção era tornar embaçada e nebulosa qualquer crítica dirigida à compreensão sobre uma salvação liberal do mundo. De que a virtude é única maneira de gerir as sociedades seria a explosão súbita, viva, ruidosa, do estado de espírito e da razão iluminista. A radiante “luz liberal” se intensificaria a partir dos banhos de sangue que conduziram, em 1789, ao assalto da Bastilha, símbolo da opressão do Antigo Regime francês. Parecia para aqueles pobres e miseráveis camponeses e trabalhadores urbanos que a queda daquela antiga prisão o sepultamento, de uma única espetada de seus forçados, da realeza, da nobreza, da aristocracia e do autoritarismo. Inclusive filósofos e pensadores daquele tempo e depois acreditaram que ali teria se fundado um tempo de liberdade em que todas as pessoas teriam lugar, sem exceções. Sabemos que isto nunca aconteceu.

O pensamento neoliberal, política econômica he-

---

<sup>35</sup> Graeber e Wengrow, 2021, criticam as histórias de inspirações em Hobbes e Rousseau que “normalizam” uma genealogia da desigualdade nas cidades e insistem que todas as formas importantes de progresso humano anteriores ao século XX só podem ser atribuídas a um único grupo de seres humanos, que costumavam se referir a si mesmos como “a raça branca” (e que hoje, de modo geral, chamam a si mesmos pelo sinônimo mais aceito de “civilização ocidental”). Para Graeber e Wengrow não há nenhuma razão para isso.

gemônica da ordem global de nossos dias, vende a ideia de que o lugar da vida das pessoas são cidades democráticas e que os cidadãos são sujeitos empoderados, habilitados, capacitados. No entanto, é crucial compreender que esta ideia é uma desinformação política, corresponde a uma verdade direcionada para a realização de um modelo econômico muito específico, que beneficia escalonadamente desde o excesso a poucos até a escassez, a falta, a carestia, a necessidade a uma grande maioria. Vivemos na contemporaneidade o choque entre o dito e o não dito, o dito e o interdito. A grande crise de humanidade em que vivemos é principalmente fundada numa dimensão informacional, sua pertinência ou inadequação, verdade ou falsidade, humanidade ou hostilidade.

## O TRANSCOLONIAL, A TRANSCOLONIALIDADE

**Acostumamos a perceber e normalizar desde os séculos XVIII e XIX, no mundo inteiro, inicialmente mediante aquarelas, óleos, gravuras e desenhos e mais recentemente, com o auxílio de fotografias e vídeos, imensas concentrações edilícias com suas massas populacionais lançadas em áreas sem esgotos, calçamentos, abastecimento de água, recolhimento de lixo ou energia elétrica. Sítios onde os próprios despejos, restos e refugos são utilizados como recursos materiais para a produção de casas, às vezes com resultados criativos e interessantes, mas muitas vezes revelando a inadequação de materiais para funções construtivas diversas, como proteção, sustentação, vedação ou impermeabilização.**

Justamente, neste âmbito urbano do irracional, do desajustado, emerge em algum momento da história da cidade moderna o tipo arquitetônico transcolonial, usando como características para sua auto-exposição de toda uma gama de materiais que pode estivesse facilmente ao alcance. Não raro são construções que combinam sucatas, tipos diferentes de objetos de plástico, garrafas e outras coisas de vidro,

louças cerâmicas, lajotas cerâmicas, painéis de todos os tipos, peças de madeira, pedras, telhas quebradas, sapatos, lâmpadas queimadas, brinquedos, bonecas, manequins, restos de demolições, convertendo esta diversificada conjunção numa grande e improvável festa para os olhos. Dessa maneira, a transcolonialidade desponta desde a primeira vez que foi sentida, como irracional, fantástica, mágica, como expressão de sonhos ou até mesmo de pesadelos.

Ela foi, em todas as suas manifestações, o elevar, o afloramento de uma necessidade de conclamar, expor, configurada sempre em tentativas de arquiteturas persuasivas, estruturas espaciais formuladas como manifestos. Todos os elementos declaratórios de uma proclamação estão presentes, mais ou menos velados, nas expressões de formas e espaços arquitetônicos suburbanos transcoloniais: alertas e denúncias públicas, revelação de princípios, engajamentos políticos, convocações de comunidades para ações. São obra que expressam coragem e uma elocução explosiva de liberdade. A identidade transcolonial é marcada e atravessada por sua própria história.

Não é por acaso que aproximamos a expressão transcolonial da expressão surrealista. Mas, é preciso que aqui seja feito um comentário mais preciso. Em verdade, praticamente inexistem repertórios arquitetônicos ou urbanísticos propriamente surrealistas, existem sim espaços indicativos da afeição dos surrealistas históricos. Então, valores como o ilógico, o surpreendente e o onírico que eram destacados pelos surrealistas em suas andanças parisienses noturnas, encontram-se presentes nas obras transcoloniais.

Obviamente, nenhum surrealista pretendeu se conceber “transcolonial” e, da mesma maneira, nenhum artista ou arquiteto popular suburbano se julgou surrealista ou conheceu o conceito de transcolonialidade. Esta é parte de nossa lente de aproximação das expressões distintas. No entanto, é importante lembrar e discutir a pertinência da preservação de vários de seus casos como base identitária de um

novo tipo de acervo (e não patrimônio) suburbano. Modalidade de identidade urbana que tem passado despercebida. Tal regime arquitetônico transcolonial suburbano é identificado como uma potencialidade de superação da desigualdade nas cidades, mediante o irracional, o ilógico, o inusitado, o mágico, o surpreendente. Se propõem enquanto espaço-formas-manifesto, lugares de eloquência, nichos que gritam “estamos aqui” e “nós somos assim”.

São seis os casos de manifestações transcoloniais que apresentaremos a seguir (já existem outros encontrados e cadastrados)<sup>36</sup>, cada um deles específico e relacionado com o contexto histórico e social de sua emergência. A primeira manifestação faz referência a duas construções do mesmo transcolonizado: o *Palais idéal*, construído entre 1879 e 1912 em Hauterives, no sul da França, pelo carteiro, trabalhador rural e auxiliar de pedreiro francês Ferdinand Cheval (1836-1924); e seu mausoléu construído entre 1815 e 1823 diante da negativa das autoridades francesas em autorizar Cheval a ser sepultado no *Palais*. Segundo caso, a *Casa Flor*, erguida entre 1912 e 1985 em São Pedro da Aldeia-RJ, pelo salineiro brasileiro, Gabriel Joaquim dos Santos (1892-1985). Terceiro, a *Maison Picassiette*, construída entre 1930 e 1962 em Chartres (90 km de Paris) pelo rodoviário e varredor de cemitério Raymond Isidore (1900-1964). Quarto caso, a *Maison à vaisselle cassée* (*Casa da Louça Quebrada*), ou *Maison aux Papillons* (*Casa das Borboletas*), iniciada em 1952 em Louviers, no departamento francês de Eure pelo entregador de leite Robert Vasseur (1908-2002). Quinto caso, a *Maison Bleue*, construída de 1957 a 1977 em Dives-sur-Mer (Normandia), pelo pedreiro português Euclides Ferrera da Costa (1902-1984). Sexto caso, a *Casa Enfeitada* ou *Casa de Pedra* ou ainda *Castelinho*, iniciada em 1985 e em construção ainda hoje em Paraisópolis-SP, pelo jardineiro e pedreiro Estevão Silva da Conceição (1957-\_\_\_\_).

Assim como nenhum desses arquitetos populares de diferentes tempos nunca se viu como surrealista ou transcolonial, todos eles também não se entenderam como parte de uma cronologia. Jamais souberam uns dos outros ou desconfiaram que pertencessem a uma rede de emergências e proveniências que guardasse alguma coerência. Mesmo, assim, propomos cada uma de suas atividades construtivas como parte de uma ampla ação, a *transcolonialidade*, que acreditamos talvez seja representada por muitos outros exemplares ainda por serem encontrados.

Cada uma destas arquiteturas foi, é e continuará a ser transcolonial porque se recusou e continuou se recusando a seguir a regra de uma vida árida, pobre e sem ideias. Todos foram e são colonizados, inclusive Cheval, e os outros franceses, mesmo diante dos casos mais evidentemente colonizados brasileiros que trazemos. Cada um dos seis casos foi e é transcolonial porque se recusou à submissão colonizadora.

Não é novidade a associação do Palácio Ideal de Ferdinand Cheval com o surrealismo<sup>37</sup>. O próprio Breton conheceu e se impressionou com a criação arquitetônica de Cheval. Mencionou por diversas vezes em textos e artigos publicados na década de 1930, relacionando o palácio com a “convicção surrealista” e comentando que “(...) a criação e a beleza não são monopólio exclusivo dos criadores profissionais e da arte erudita (...)”<sup>38</sup>



<sup>36</sup> Outros casos foram apresentados em Lemos, 2024.

<sup>37</sup> Sobre o *Palais Idéal*, Nara Machado (1999) e Nara Machado e Robert Ponge (2023).

<sup>38</sup> Machado e Ponge, 2023, p. 100.

Figura 3 – *Palais Idea*

l, F. Cheval, 1879-1912, Hauterives, no sul da França.

Foto Robert Ponge e Nara Machado, fonte: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/pixo/article/view/7044/5918>.



Figura 4 – *Palais Ideal*, F. Cheval, 1879-1912, Hauterives, no sul da França.

Foto Robert Ponge e Nara Machado, fonte: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/pixo/article/view/7044/5918>.

Numa sociedade moderna, ser carteiro, trabalhador rural e auxiliar de pedreiro é ser obviamente colonizado. O colonizado é complexado, sua mentalidade se traduz como tendo cultura, etnia e linguagem inferiorizados em relação ao colonizador. Um morador do campo é colonizado pela cultura urbana. Uma ocupação singela como a de carteiro é colonizada por boa parte da sociedade. Assimila a crença de superioridade daquilo que desconhece. A França foi, reconhecidamente, uma nação europeia colonizadora de outras regiões nas Américas, África e Ásia. Mas, independentemente deste dado, qualquer sociedade moderna tradicionalmente constituída reproduz o sistema colonizador em sua estrutura interna. Portanto, a transgressão transcolonial de Cheval é legítima e maiúscula.

Cheval, autor do mais antigo dos casos de transcolonialidade que aqui apresentado, nasceu menos de cinquenta anos depois do ciclo revolucionário e liberal de 1789 e apenas quinze anos depois da morte de Napoleão Bonaparte. O sítio em que desempenharia suas atividades construtivas seria a comuna de Hauterives, localizada na região de Drôme des Collines, a 70 km de Grenoble e 80 km de Lyon. A dé-

cada de seu nascimento, em julho 1830, foi de renovadas efervescências políticas, a luta antiabsolutista na capital francesa dos três dias gloriosos, 27, 28 e 29 julho (*Les Trois Glorieuses*). A sangrenta modernidade se desenhava a passos largos.

Durante a vida de Cheval, estas e outras lutas liberais seguiram a ocorrer na Europa e na França. Elementos importantes nessas disputas eram os acontecimentos tecnológicos de transformação da indústria que colocaram a Europa inteira sob grande tensão. Isto porque o autoritarismo inclemente em vigência desde os séculos XVI e XVII, no início da modernidade, o duro tratamento dispensado aos trabalhadores precisava ser substituído por outras intermediações com aprimoramentos nas artes da negociação. Na terceira década do século XIX, aqueles incontáveis operários europeus, estando em condições de limite físico e mental, facilmente explodiam em levantes políticos. Dessa maneira, estas décadas foram de experimentações para novas formas de controle para aqueles que manejavam máquinas como as de vapor, teares elétricos e descaroçadores de algodão. Cheval, como homem humilde que era, certamente viveu as incertezas, as enganações e as pressões da época como todos os demais trabalhadores.

No início da década em que Cheval iniciaria a construção de sua obra, seria também o do fim do segundo império francês. Em 1870, Napoleão III foi capturado naquela que seria para os franceses uma desastrosa batalha da guerra franco-prussiana, a de Sedan. A vitória dos prussianos sela a troca de protagonismos entre as duas nações no cenário europeu, marcando de um lado o fim do segundo império francês e, de outro, impulsionando a unificação das nações alemãs e a constituição do império alemão no ano seguinte, 1871. Ano em que a capital francesa presenciaria em suas ruas a luta de barricadas da chamada Comuna de Paris.

Imperialismo, militarismo, a atmosfera controladora girava e formatava as pessoas. A sociedade vitoriana inglesa da época era um padrão de virtuosidade moralista, preconceituosa, racista e disciplinar a ser seguido. O modelo vitoriano impregnava as outras



sociedades. Cheval, apesar de branco, era, com toda a certeza desprezado pela sua condição na sociedade francesa.

Cheval termina seu *Palais* em 1912, poucos anos antes das carnificinas da Primeira Grande Guerra e da Revolução Russa. Encaminha um pedido de licença para ter seu funeral no Palais Ideal que lhe é negado. Então a partir de 1915 inicia a construção de seu mausoléu, que concluiria em 1923, um ano antes de sua morte. Aqui é necessário chamar a atenção para um significado estridente do *Palais* e do mausoléu de Cheval. Muito provavelmente, o que o carteiro-pedreiro pretendeu a partir do momento em que idealizou o Palais Ideal foi se diferenciar. Se tinha uma vida de fantasma, em que não era visto, se as pessoas olhavam através dele não lhe dando atenção, então na sua morte isto seria resolvido.

Dessa maneira, talvez tenha pretendido a construção de sua tumba desde o início, fazer de seu palácio sua eterna morada. Deve ter sido muito grande a frustração do impedimento de seu enterro em seu palácio. Com o sepultamento ali, Cheval conseguiria a ironia de uma vingança em nível quase faraônico, o *Palais* como um mausoléu muito maior e mais rebuscado do que o de seus concidadãos aristocratas mortos nos cemitérios das cidades francesas. Mas Cheval foi obrigado a construir seu mausoléu no cemitério de Hauterives, muito menor e impactante que o *Palais*, mesmo assim, investiu suas últimas energias em requinte e detalhamento semelhante.

Cheval morre em 1924, no interlúdio das duas guerras mundiais. Ao que parece o carteiro rural Cheval se incomodou com o apagamento de sua vida simplesmente condicionada e teve o ímpeto de sonhar e materializar este sonho com as coisas que encontrou ao seu alcance. Trouxe o material de seu sonho para a realidade conformando uma ambiente surreal. Usou todo seu tempo vago e suas últimas gotas de suor para confeccionar algo que tinha o que dizer às pessoas. Os trinta e três anos em que Cheval coletou pedras para unir à argamassa de areia, cal e cimento e armar com arames, produziu o seu palácio, um destemido grito transcolonial do silen-

cioso carteiro contra o conformismo. Talvez, o impedimento de ser sepultado em seu palácio tenha sido um grande trauma no final de sua vida, mas independente disto o *Palais* lhe legou fama imortal. Além de muito estudados e visitados, o palácio e mausoléu de Cheval foram classificados como monumentos históricos na França em 1969.



Figura 5 – Mausoléu de F. Cheval, 1915-1923, Cemitério de Hauterives, no sul da França.

Fotos Bleugrenouille, fonte: [https://fr.m.wikipedia.org/wiki/Fichier:La\\_tombe\\_du\\_facteur\\_Cheval.jpg](https://fr.m.wikipedia.org/wiki/Fichier:La_tombe_du_facteur_Cheval.jpg)

A *Casa da Flor*, ocupa um lugar e um universo de acontecimentos bastante diferentes do palácio de Cheval. Construída no Brasil, em São Pedro da Aldeia-RJ, uma nucleação histórica do século XVII nas proximidades de Cabo Frio, foi construída pelo salineiro negro Gabriel Joaquim dos Santos (1892-1985). Santos nasceu dois anos após a publicação da Lei n.º 3353 de 13 de maio de 1888, conhecida como “Lei Áurea”. A ideia era usar uma palavra com contundência política, pois o Brasil sofria os revezes e as

pressões (se podemos falar hoje em vergonha, certamente não era o que as pessoas da época sentiam) internacionais de ser o último país independente da América Latina e do Ocidente a abolir oficialmente a escravidão. Áurea vem do latim *aurum* e tem o significado de “feito de ouro”, de muito valor, brilhante, magnífico, nobre. Politicamente queria chamar a atenção para o novo período iluminado que o Brasil trilharia. Mais uma vez, o texto escrito não garantiu em nada os direitos do mundo físico das pessoas vivas. Negras e negros são perseguidos e excluídos ainda hoje.



Figura 6 – *Casa da Flor*, Gabriel dos Santos, 1912-1950, São Pedro da Aldeia-RJ.

Foto Nelson Kon, Fonte: <http://www.nelsonkon.com.br/casa-da-flor/>

Santos era, ele próprio, filho de um ex-escravo com uma mãe índia. Dessa maneira foi criado em meio à mentalidade servil, à opressão e ao desfavorecimento de séculos de escravidão. Santos era um homem acostumado à penosa lida sob o sol tórrido na brancura ofuscante das salinas. O objetivo nas salinas é a produção de sal marinho pela evaporação da água do mar. Na época em que Santos era criança, final do

século XIX e início do século XX, ele provavelmente já fosse empregado nas salinas. O emprego infantil nestas circunstâncias foi muito comum no Brasil até a década de 1980. A extração do sal era efetuada indistintamente por homens, mulheres e crianças no entorno da Lagoa de Araruama (Cabo Frio, São Pedro da Aldeia e Araruama). As mulheres recebiam menos que os homens pelo mesmo ofício e as crianças não eram protegidas por regulação alguma de trabalho infantil. Naquela época (e até pouco tempo) usavam manualmente baldes para retirar a água do mar.



Figura 7 – *Casa da Flor*, Gabriel dos Santos, 1912-1950, São Pedro da Aldeia-RJ.

Foto: Redação Fonte Certa;

Foram estas as condições de um homem cruelmente colonizado que Gabriel reproduziu em seu inusitado manifesto arquitetônico. Ou seja, em quase nada sua vida se diferenciava daquela que o seu pai, ex-escravo viveu. Mas, Santos não se conteve em viver uma vida igual a de tantos outros em sua condição. Aos poucos, foi juntando coisas, telhas quebradas, louças e infindáveis objetos e colando tudo em sua criação esplendorosa e explosiva. A *Casa da Flor* começou a ser construída no último ano de construção do palácio de Cheval, 1912.

Santos tinha vinte anos, encontrava-se no auge de sua força física e no máximo de seu arrebatamento e entusiasmo juvenil. A falta de perspectivas diante dos olhos de um ser humano tão cheio de energias inspirou aleatoriamente Santos a empreender pelo resto de sua vida uma atividade transcolonial. Es-



ticou a construção de sua casa-manifesto desde os vinte até os 93 anos, quando morreu, em 1985. Disse: “Não, não pode tudo se limitar a isto, deve haver algo mais!” E fez sua *Casa da Flor* falar. Escreveu Fuão sobre ela:

Breton e Dalí, se a vissem, elevariam seus cânticos a ela, pois nela tudo é surreal. Tudo desabrochando, explodindo em flores. (Fuão, 2001).

Mais uma vez o surreal chama a atenção na relação com o transcolonial. A casa, hoje uma referência histórica, recebe muitas visitas, foi muito estudada e faz parte de um conjunto cultural tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) do Estado do Rio de Janeiro em 2016.



Figura 8 – *Maison Picassiette*

, Raymond Isidore, 1930-1962, Chartres, França.

Fonte: <https://www.expedia.com.br/Maison-Picassiette-Chartres.d553248621532504199.Guia-de-Viagem>

Terceiro caso, a *Maison Picassiette*, construída em Chartres, a 90 km de Paris, por um homem branco francês, oito anos mais jovem que Santos, Raymond Isidore (1900-1964). Isidore foi servidor municipal em Chartres, ocupando as funções de rodoviário e depois de varredor de cemitério. A segunda função, indica a provável simplicidade e precariedade do primeiro trabalho. Os trabalhadores rodoviários tinham um trabalho braçal muito duro com pás, picaretas, enxadas e rastilhos na pavimentação das estradas antes do uso do asfalto. Da mesma maneira que Cheval e Santos, Isidore, quando estava por vol-

ta de seus trinta e oito anos (1938), resolveu romper com a mesmice de sua vida, e inicia a decoração da casa que havia iniciado a construir de maneira tradicional oito anos antes. Isidore produz um monumento transcolonial estupendo, levando a onda de mosaicos que usou fora para o interior dos compartimentos e mobília da sua *maison*.

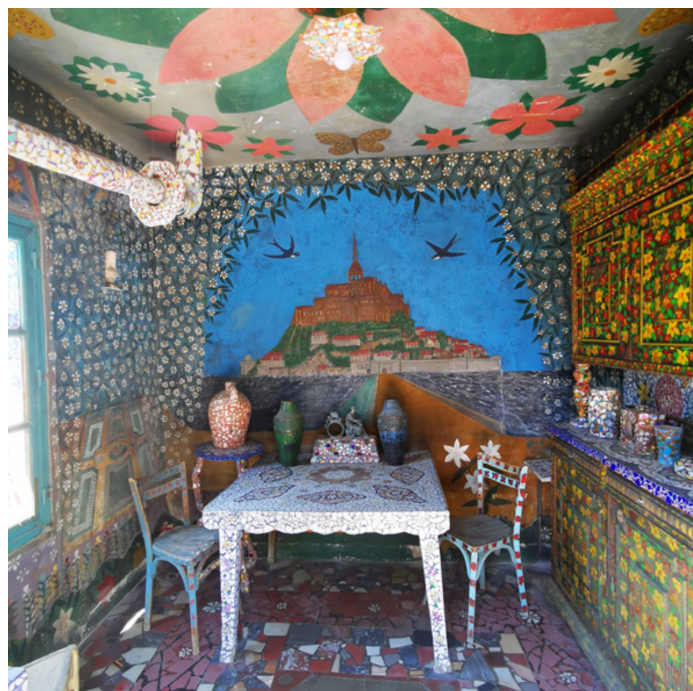


Figura 9 – *Maison Picassiette*, Raymond Isidore, 1930-1962, Chartres, França.

Foto: princessepette, 2021; fonte: <https://www.princessepette.com/2021/08/maison-picassiette.html>

Em 1954, famosa, sua casa recebe a ilustre visita de um curioso Pablo Picasso. Alguns explicam que o “pic” de “*picassiette*” (o apelido de Isidore) se refere a Picasso. A palavra francesa que já existia nesta época era a “*pique-assiette*”, de tradução literal impossível para o português. Junção etimológica de “*pique*” (forma) com “*assiette*” (prato), mas com significado de aproveitador, indesejável, descarado, penetra. De qualquer maneira, a fama e o êxito de Isidore fizeram com que o termo “*picassiette*” entrasse para o dicionário francês como sinônimo de “mosaico”. Em 1962, Isidore, deixa de ter condições físicas e mentais para continuar seu trabalho. Dois anos depois, morre prematuramente aos 64 anos (1964). Em 1983, a Casa *Picassiette* com o seu jardim foi classificada como monumento histórico francês.





Figura 10 – *Maison à Vaisselle Cassée*, Robert Vasseur, 1952-2002, Louviers, Normandia.

Foto: Blog GRIGRIS DE SOPHIE; fonte: <https://lesgrigrisdesophie.blogspot.com/2010/06/la-maison-de-la-vaisselle-cassee.html>



Figura 11 – *Maison à Vaisselle Cassée*, Robert Vasseur, 1952-2002, Louviers, Normandia.

Foto: Gentside; fonte: [https://www.gentside.com/news/insolite/il-recouvre-sa-maison-de-vaisselle-cassee\\_art35184.html](https://www.gentside.com/news/insolite/il-recouvre-sa-maison-de-vaisselle-cassee_art35184.html)

Quarto caso, *Maison à Vaisselle Cassée* (Casa da Louça Quebrada) foi outra maison francesa iniciada por um homem humilde, desta feita um entregador de leite, chamado Robert Vasseur (1908-2002). Branco, pois a França à época era ainda um país que produzia emigrantes e não como é hoje repleta de imigrados africanos. A decoração da casa foi iniciada em 1952 e não há registros do fim do trabalho de Vasseur, levando a crer que trabalhou até sua morte em 2002, por cinquenta anos. O nome indica o padrão transcolonial do mosaico e a ideia que Vasseur teve ao pedir ao lixeiro que lhe guardasse cacos de cerâmica.

A casa também é conhecida pelo nome *Maison aux Papillons* (Casa das Borboletas), devido a um grande mosaico de uma borboleta numa das paredes.



Figura 12 – *Maison Bleue*, Euclides Ferrera da Costa, 1957-1977, Dives-sur-Mer, Normandia.

Foto: Tripadvisor; fonte: [https://www.tripadvisor.de/Attraction\\_Review-g608797-d15056753-Reviews-La\\_Maison\\_Bleue\\_de\\_Da\\_Costa-Dives\\_sur\\_Mer\\_Calvados\\_Basse\\_Normandie\\_Normandy.html](https://www.tripadvisor.de/Attraction_Review-g608797-d15056753-Reviews-La_Maison_Bleue_de_Da_Costa-Dives_sur_Mer_Calvados_Basse_Normandie_Normandy.html).

Quinto caso de transcolonialidade, a *Maison Bleue* (Casa Azul), construída pelo pedreiro português analfabeto Euclides Ferrera da Costa noutra comuna da Normandia, Dives-sur-Mer. A obra de Costa foi produzida entre 1957 e 1977. Trata-se de um jardim extraordinário, repleto de alegorias e cobertos de animais e outros motivos em mosaico, capelas decoradas com fragmentos de cerâmica e vidro reciclado e um mausoléu em memória da primeira cadela enviada ao espaço, Laika. Desde 1991 *A Maison Bleue* está listada como monumento histórico francês.

Sexto caso, a *Casa Enfeitada*, *Casa de Pedra* ou ainda *Castelinho*, é obra de um ex-jardineiro e pedreiro, hoje reconhecido artista, Estevão Silva da Conceição, nascido em 1957 e em atividade em Paraisópolis-SP, o local de sua Casa Enfeitada. Iniciou os trabalhos em 1985 e continua até hoje, passados 39 anos.





Figura 13 – *Casa Enfeitada*, Estevão Silva da Conceição, 1957-2024, Paraisópolis-SP.

Foto: Viviane Lima; fonte: <https://desenrolaenaomenrola.com.br/raizes-perifericas/a-casa-e-mais-conhecida-que-eu-conta-estevao-silva-criador-do-castelinho-em-paraisopolis/>

Impressiona o trabalho de Conceição, chamado já há algum tempo pela mídia de Gaudí brasileiro (estive em Barcelona a convite de um pós-graduando de uma instituição que estudava o arquiteto catalão).

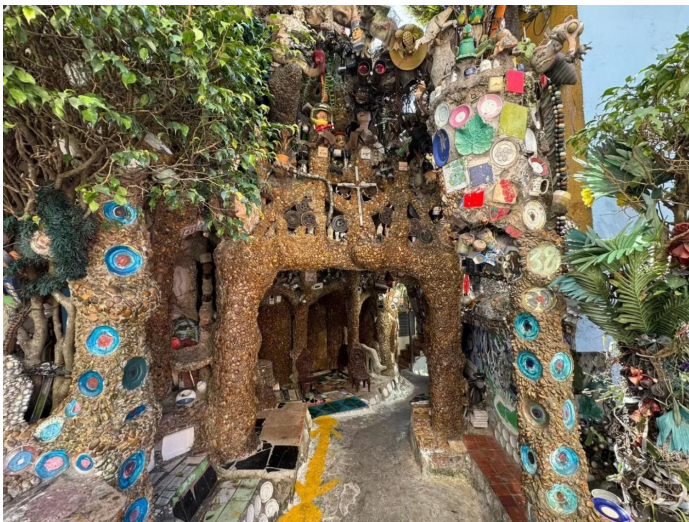


Figura 14 – *Casa Enfeitada*, Estevão Silva da Conceição, 1957-2024, Paraisópolis-SP.

Foto: Camila Quaresma

Cada uma destas arquiteturas foi e é notoriamente uma produção-manifesto, uma exclamação para as pessoas que vivem ao seu redor: “podemos ser di-

ferentes, podemos ser mais, existem maneiras de dividirmos com o mundo nossa beleza, podemos expressar nossas ideias e valores”. A afinidade com o surreal adveio desta vontade de surpreender, de enfeitar, de sacudir. A premissa aqui é muito simples, não é possível pensar no planejamento de nossas cidades da modernidade se não incluirmos a estética transcolonial de nossos vizinhos suburbanos.

Deve-se de uma vez por todas pensar a cidade como um todo. E dizer isto é transformar estes moradores das franjas das urbes em cidadãos, em participantes de jogos realmente democráticos em nossas cidades. Pensar assim, significa também dizer que estes espaços, sítios e edifícios construídos e decorados como aqui mostramos necessitam compor nossos acervos de formas históricas. Enfim, é preciso que a realidade dos textos das leis saia definitivamente dos papéis. Espera-se que este trabalho tenha contribuído para o entendimento da necessidade de preservação destas manifestações transcoloniais para a compreensão de nossas metrópoles.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRETON, A. **Manifesto do surrealismo**. (1924). In: BRETON, A. *Manifestos do surrealismo*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2001.

CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001.

DELEUZE, G. **Post-scriptum sobre as sociedades de controle**. In: *Conversações: 1972-1990*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, pp. 219-226.

DERRIDA, J. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DERRIDA, J. **Escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

DERRIDA, J. **O monolinguismo do outro: ou a prótese de origem**. Porto: Campo das Letras, 2001.

DUSSEL, E. **Para uma Ética da Libertação Latino-Americana**. São Paulo: Loyola, 1980.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FOUCAULT, M. **Nietzsche, a genealogia e a história**. Microfísica do poder. Org. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, M. **As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. Curso dado no College de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUÃO, F. **A Casa da Flor**. Arquiteturas fantásticas: os caminhos da imaginação. Porto Alegre: Editora da UFRGS / Faculdades Integradas Ritter dos Reis, pp. 57-62, 1999.

FUÃO, F. **As formas do acolhimento**. In SOLIS, D.E.N.; FUÃO, F. *Derrida e Arquitetura*. Rio de Janeiro: Edurj. 2014.

FUÃO, F.; LEMOS, J.C.; EL KHOURI, G.A. a. **Entre Remendos e Acolhimentos. A Ocupação Ksa Rosa**. PIXO: Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade. Pelotas: Vol.1, N.3, pp. 188-203., primavera, 2017. <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/pixo/article/view/465/425>

FUÃO, F.; LEMOS, J.C. **A Morada Charneira: Ocupação Ksa Rosa**. PIXO: Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade. Pelotas: Vol.8, N.28, pp. 188-203., primavera, 2017. <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/pixo/article/view/7195/6048>

GRAEBER, D.; WENGROW, D. **O despertar de tudo: Uma nova história da humanidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

HELD, D. **A democracia, o estado-nação e o sistema global**. São Paulo: Lua Nova Revista de Cultura e Política, março 1991

KIEFER, M. **Permanência, identidade e rearquitectura social: outro olhar para a preservação**. Tese de Doutorado, PROPAR-UFRGS, Porto Alegre, 2013. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/85196>

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, A. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LEMOS, J.C. **Arquitetura ética da alteridade**. PIXO: Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade. Pelotas: Vol.2, N.5, pp. 28-40., outono, 2018. <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/pixo/article/view/1530/1106>

LEMOS, J.C. **Abya-ayala, um grito ante a arquitetura colonialista da modernidade**. In: SOLIS, D.E.N. *Resistências e descolonialidades*. Rio de Janeiro: UERJ, pp. 44-93, 2020.

LEMOS, J.C. **Escudos de papel, cigarros de palha: lugar de preto no sul do Brasil**. PIXO: Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade. Pelotas: Vol.6, N.21, pp. 530-554., outono, 2022. <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/pixo/article/view/2988/2383>

LEMOS, J. C. **O sonho da cidade transcolonial: surrealismo na arquitetura moderna do século XXI**. PIXO: Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade.

neidade. Pelotas. No prelo, 2024.

MACHADO, N.H.N. **O Palácio Ideal de Ferdinand Cheval**. Arquiteturas fantásticas: os caminhos da imaginação. Porto Alegre: Editora da UFRGS / Faculdades Integradas Ritter dos Reis, p. 63-82, 1999.

MACHADO, N.H.N. Frederick Kiesker: críticas, interferências e contribuições às práticas vanguardistas. In: KOTHER, M.B. et alii. *Arquitetura & Urbanismo: posturas, tendências e reflexões*. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2008. pp.165-179.

MIGNOLO, W. **La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007.

PONGE, R.; MACHADO, N.H.N. **O Poema de Pedras de Ferdinand Cheval: Uma gigantesca collage arquitetural para ser saboreada**. PIXO: Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade. Pelotas: Vol.7, N.27, p. 88-109, primavera 2023. <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/pixo/article/view/7044/5918>

QUIJANO, A. **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2020.

RAMIREZ, J.A. **La ciudad surrealista**. In: CORREA, A.B. *El surrealismo*. Madrid: Cátedra, p. 71-90, 2003.

VITORINO, O. *Introdução filosófica à Filosofia do Direito de Hegel*. Lisboa: Sociedade de Expansão Cultural, 1961

ZALUAR, A. M. **A Casa da Flor: uma tentativa de compreensão**. In: FUÃO, Fernando. (Org.). *Arquiteturas fantásticas: os caminhos da imaginação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS / Faculdades Integradas Ritter dos Reis, p. 45-56, 1999.